



### **Senhores(as) Reitores(as) das Universidades Federais Brasileiras:**

A existência de mais de 2000 Cursos Pré-Vestibulares Populares hoje no Brasil é a exigência de uma Reforma Universitária e expressa a necessidade de democratização das Instituições de Ensino Superior através, fundamentalmente, da abertura dessas instituições à diversidade e aos grupos sociais historicamente marginalizados.

Entretanto, a cada dia nos confrontamos, na sociedade e nas universidades estatais, com posições resistentes à discussão sobre ações afirmativas e às propostas oriundas dessa discussão, sobretudo à proposta de políticas de cotas. O curioso é que tais posições vêm tanto dos setores mais conservadores, quanto dos setores que se denominam de esquerda; enfrentamos, cotidianamente, a defesa reacionária da universidade temos: um dos mecanismos de reprodução de privilégios, de desigualdade, do racismo e do subdesenvolvimento; enfrentamos a tentativa, muitas vezes desesperada, de construção de argumentos em favor da manutenção do uso de recursos públicos para uma espécie de apropriação privada.

Nossa estrutura de ensino superior “público”, ao se constituir como um dos principais aparelhos de reprodução da desigualdade social, desperdiça o potencial produtivo da diversidade social e perpetua uma hierarquia e uma violência social que só se sustentam na base da exclusão da maioria da população do “direito aos direitos”.

Essa desigualdade e violência não é um legado externo a universidade. Pelo contrário, o ensino superior “público” brasileiro é um dos produtores e reprodutores de desigualdade e violência, através de alguns mecanismos:

1) da existência de um verdadeiro muro que separa o ensino público fundamental e médio do ensino público superior, que é a vergonhosa atualização do que separava a casa grande da senzala. Trata-se na realidade de um dos maiores entraves ao processo de construção democrática da sociedade brasileira: o fato das universidades não estarem mobilizadas para aprimorar a qualidade do ensino básico público.

2) da aplicação de vestibular como um critério de acesso ao ensino superior “republicano e democrático”. A vigência dessa barreira social e racial entre os níveis de ensino o faz funcionar apenas como um mecanismo de confirmação de uma desigualdade e de uma seleção social já dada a priori, e pior, que se mantém estável.

3) do racismo como mecanismo de seleção e reprodução da elite branca que mantém a universidade produzindo desigualdades, subdesenvolvimento e a “cor” do saber, da mobilidade, da integração social e dos direitos humanos. Encontrar um "dentista negro" é tão raro que o policial paulista que o matou pensava operar na zona do não-direito e do extermínio em que se as populações pobres e negras são, cotidianamente, submetidas.

Para se tornar Pública de fato, a universidade estatal precisa ter como referências estratégicas o desmonte desses mecanismos de produção e reprodução da desigualdade e, no curto prazo, a inversão das prioridades construídas nas últimas décadas de crescimento autoritário.

Por isso, nós, coordenadores, educadores e educandos do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes, temos a convicção, expressa pela própria grandiosidade do movimento de cursos pré-vestibulares populares, é que a nossa universidade estatal não é pública e, por isso, é urgente que sejam implementadas medidas concretas que tenham como objetivo geral a universalização do ensino superior e a democratização dos processos de difusão e produção e produção do conhecimento. **A políticas de cotas e de permanência são, nesse sentido, indispensáveis.**

As experiências da UERJ, da UNB, da UFBA e das outras 16 universidades que já possuem programas de acesso e permanência para negros, indígenas, estudantes oriundos de escolas públicas e estudantes de famílias de baixa renda, mostram que as políticas de cotas e os programas de permanência são possíveis, não causam danos à qualidade do trabalho acadêmico e não precisam esperar por leis específicas. **Precisam apenas que seus(suas) reitores(as) e órgãos internos de decisão assumam como opção ética a constituição material da democracia e a transformação concreta das universidades estatais em Instituição Públicas de fato.**

Senhores(as) reitores(as), a universidade estatal não pode mais ser uma democracia grega em que apenas “os de dentro” decidem. E nem a autonomia acadêmica pode ser autonomia para impor barreiras. Os que “estão fora” não querem mais esperar. **Aceitem o desafio lançado e abram o debate democrático (com os que estão dentro e com os que querem entrar) sobre a proposta de política de cotas e permanência em suas instituições. Desta forma, estarão deixando um importante legado à construção da verdadeira Universidade Pública em nosso país.**

**Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes.  
Brasília, 13 de outubro de 2005.**